



Márcio Kolome

Técnicos do Prodasen e da Advocacia-Geral da União explicam o projeto

## Senado lança rede de informação legislativa

A base de dados a ser lançada terça-feira compõe-se de leis, projetos

de lei, decretos, normas, súmulas, acórdãos e jurisprudências. **2**

# Sarney denuncia campanha da mídia para atingi-lo

Motivação, segundo o presidente do Senado, seria seu apoio a Lula. No Plenário, Simon sugere licença durante as investigações

O presidente do Senado, José Sarney, divulgou nota em que considera suficientes as explicações já dadas à imprensa por seu neto José Adriano Cordeiro Sarney, que, segundo matéria publicada por *O Estado de S.*

*Paulo*, é um dos sócios de empresa que intermedeia empréstimos consignados a funcionários do Senado. As denúncias levaram Pedro Simon a sugerir a licença de Sarney, que Paulo Duque considerou desnecessária. **4 e 5**

## Debate: educação é essencial para inclusão

O acesso à educação é fundamental para a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, segundo disseram ontem representantes de vários setores organizados. Eles participaram de audiência para debater o projeto do senador José Sarney que assegura, entre outras medidas, cota mínima de 3% dos cargos e empregos públicos para pessoas com deficiência. A relatora do projeto na CCJ, Lúcia Vânia, defendeu o aprofundamento das discussões sobre a proposta. **6**



José Cruz

Necessidade de qualificação profissional foi ressaltada na audiência pública realizada pela Comissão de Justiça com a presença de setores organizados

## Lei Seca salvou a vida de 796 pessoas, afirma Augusto Botelho

O primeiro ano da implantação da Lei Seca para motoristas foi comemorado em Plenário por Augusto Botelho. O senador citou estatísticas da Polícia Rodoviária Federal e dos governos estaduais. O balanço, ressaltou, mostra que a Lei Seca salvou a vida de 796 pessoas. Pela primeira vez, observou, o número de acidentes caiu de um ano para o outro. **8**

## Audiência vai discutir reação a conflitos no Irã

A Comissão de Relações Exteriores decidiu realizar audiência para debater a posição do governo brasileiro e

as declarações de Lula sobre as manifestações políticas ocorridas no Irã devido às eleições naquele país. **3**

## CCJ aprova proposta que dá ao povo direito de pedir CPI

As CPIs, comissões parlamentares de inquérito que investigam um fato determinado, poderão ser criadas a pedido da população. Proposta de emenda constitucional com esse objetivo foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça. Agora, a proposta deve ser examinada pelo Plenário do Senado e, depois, pela Câmara dos Deputados. **7**



J. Freitas

Suplicy, Augusto Botelho, Simon e Collor (D) na reunião da CRE que aprovou requerimento de debate sobre o Irã

Para senador, instrução normativa da Receita é bastante complexa e dificulta a devolução ao trabalhador do tributo cobrado sobre a venda de dez dias de férias

## Paim: exigências inviabilizam restituição de IR sobre férias

A INSTRUÇÃO NORMATIVA da Receita Federal do Brasil (RFB) que regulamenta a devolução do Imposto de Renda cobrado indevidamente sobre a venda de dez dias de férias do trabalhador tornou-se um grande empecilho para o cumprimento dessa justa tributária. Segundo denúncia feita ontem pelo senador Paulo Paim (PT-RS), as exigências contidas na instrução são extremamente complexas e inviabilizam a restituição dos mais de R\$ 2 bilhões arrecadados de forma imprópria.

– Outro fator negativo é que a devolução automática em 2009 do imposto cobrado em 2008 poderá não acontecer. Para tanto, basta uma divergência entre o que foi informado pelo empregador à Receita por meio da Declaração de Imposto Retido na Fonte [Dirf] e o Comprovante de Rendimentos Pagos e de Retenção do Imposto de Renda na Fonte, entregue ao trabalhador para fazer sua declaração – explicou.

Se houver mesmo essa divergência, acrescentou Paulo Paim, o trabalhador ainda terá o disabor de ver sua declaração cair na malha fina e será obrigado a comprovar e dar explicações



Segundo Paim, foram arrecadados de forma imprópria mais de R\$ 2 bilhões

ao fisco sobre um possível erro que ele não cometeu. O assalariado contribuinte, segundo o senador, tem direito a solicitar retroativamente o ressarcimento do imposto cobrado sobre a venda de dez dias de férias nos últimos cinco anos.

O problema é que, para requerer esse direito, o trabalhador terá que fazer uma declaração retificadora para cada ano em que tenha ocorrido a incidência da tributação, entre 2005 e 2008. Para isso, ele precisa ter guardado os recibos de férias e os contracheques. Outro complicador é que de 2004 para cá muitas empresas encerraram suas atividades e os trabalhadores enfrentarão dificuldades

para requerer a documentação necessária a fim de solicitar a devolução.

### Insalubridade

Outro assunto abordado por Paim foi o fato de vários trabalhadores não estarem recebendo o adicional de insalubridade a que têm direito em virtude de não existir base para esse cálculo. Por isso, ele pediu a aprovação do projeto de lei de sua autoria, o PLS 294/08, que estabelece a base de cálculo para o adicional de insalubridade.

Como o Supremo Tribunal Federal (STF) proibiu a indexação do adicional ao salário mínimo, e nenhuma instância judicial pode determinar a sua substituição por outro critério, cabe ao Legislativo normatizar o tema. O senador propõe nova base de cálculo do adicional de insalubridade.

– Elevamos o valor da base de cálculo desse adicional, onerando e estimulando, assim, o empregador, para que esse promova ações que visem à eliminação ou neutralização de fatores físicos ou químicos que causam insalubridade em seu estabelecimento – declarou.

## Tuma destaca aumento mundial no consumo de drogas sintéticas

O Relatório Mundial sobre Drogas 2009 da Organização das Nações Unidas (ONU) foi destacado por Romeu Tuma (PTB-SP). Segundo o documento, o mercado global de cocaína, opiáceos (ópio, morfina e heroína) e maconha está estável ou em declínio, enquanto a produção e o uso de drogas sintéticas estão em crescimento nos países em desenvolvimento.

O senador disse que o lançamento do relatório, em Washington (EUA), marcou a passagem do Dia Internacional contra o Tráfico e o Abuso de

Drogas, celebrado anualmente em 26 de junho. O documento mostra que o mercado de drogas já movimentava US\$ 50 bilhões, destacou Tuma, que defendeu a adoção de políticas públicas para o tratamento de dependentes.

O senador registrou que hoje o presidente Lula lançará, em Porto Alegre, um programa para a redução da violência provocada pelo tráfico de drogas.

Ainda sobre o relatório da ONU, Tuma ressaltou que o estudo – apesar de mostrar que a manutenção das drogas como ilícitas gera um mercado negro de



Tuma registra que relatório da ONU questiona legalização de drogas

proporções macroeconômicas, causando violência e corrupção – alerta que a legalização seria um “erro histórico”, tendo em vista que essas substâncias representam “um grande perigo à saúde e, por essa razão, são e devem permanecer controladas”.

## Maciel elogia ação de militares que resgatam Airbus

O papel da Aeronáutica e da Marinha brasileiras no resgate de corpos dos passageiros e destroços do Airbus 330 que caiu no oceano Atlântico no dia 31 de maio foi destacado por Marco Maciel (DEM-PE). O senador ressaltou que os militares brasileiros, juntamente com os franceses, têm revelado grande coragem, sentido do dever e capacidade técnica.

– Destaco, no caso, o denodo, o desprendimento, o dedicar-se sem limite de tempo de nossos marinheiros e aviadores, expressões que uso simbolicamente, incluindo aí toda a escala hierárquica e especializações das Forças Armadas brasileiras no mar, no ar e em suas instalações em terra, armadas muito mais com almas do que com armas,



Marco Maciel ressalta importância de as Forças Aéreas estarem bem equipadas

não só por obrigação, mas também muito mais por cooperação e solidariedade – disse.

Maciel lembrou uma advertência do professor, jurista e filósofo Miguel Reale, segundo o qual o país se esquece frequentemente de “ligar cidadania a patriotismo, vocábulos

que deveriam andar sempre juntos”, como recurso em certas situações adversas. O senador afirmou que há tendência “de certos governos” de não priorizar o reaparelhamento das Forças Armadas e auxiliares sob a justificativa da necessidade de recursos para outros setores. Tal tendência decorreria do esquecimento da contribuição das Forças Armadas no tempos de paz, principalmente por ocasião de catástrofes.

– Muitas vidas, muito mais valiosas do que os recursos financeiros economizados, são perdidas, às vezes pela demora no atendimento ou quando as equipes de socorro não estão devidamente equipadas para as atividades de salvamento – observou.



João Lima: LexML integra presente, passado e futuro, e os três Poderes



Deomar Rosado, diretor-adjunto do Prodasen, apresenta o novo portal

## Senado lança na terça-feira rede de informação legislativa LexML

A rede de informação legislativa e jurídica – LexML – será lançada terça-feira, como parte da programação do Ciclo de Conferências Unilegis 2009, promovido pela Universidade do Legislativo Brasileiro. Inicialmente, contará com 1.284.322 dados disponíveis, a ser atualizados semanalmente.

Segundo João Alberto de Oliveira Lima, um dos principais idealizadores da rede e analista de informática legislativa, o LexML reúne informações legislativas e jurídicas em linguagem unificada, de maneira integrada e organizada, para facilitar o acesso do cidadão a consultas de seu interesse, com maior economia de tempo.

– O seu diferencial com relação aos países europeus, onde o LexML já está mais avançado, é que ele promove a integração dos três Poderes, com conteúdo do passado, presente e futuro – resumiu o analista.

A Comunidade de Tecnologia da Informação Aplicada ao Controle – conhecida como TI Controle –, responsável pela formatação do LexML, em contato com diversos órgãos dos três Poderes, viabilizou a integração entre o conhecimento de tecnologia da informação e de gestão de conteúdo, necessária para implementar o portal.

A base de dados é composta por leis, projetos de lei, decretos, normas, súmulas, acórdãos e jurisprudências, compreendendo documentos de origem legislativa e do Direito, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

### Adesões

Até o momento, já aderiram ao portal os seguintes órgãos: Advocacia-Geral da União (AGU), Banco Central, Câmara dos Deputados, Conse-

lho da Justiça Federal, Conselho Nacional do Ministério Público, Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Controladoria-Geral da União (CGU), Ministério da Justiça, Ministério Público da União (MPF), Secretaria da Receita Federal, Senado Federal, Superior Tribunal de Justiça (STJ), Superior Tribunal Militar (STM), Supremo Tribunal Federal (STF), Tribunal de Contas da União (TCU), Tribunal Superior do Trabalho (TST), Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Imprensa Nacional.

Na esfera estadual, somente a Assembleia Legislativa de Minas Gerais aderiu ao portal e, entre os municípios, apenas a prefeitura de São Carlos. Conforme João de Oliveira Lima, a expectativa é que nos próximos meses haja grande número de adesões nesses âmbitos, bem como de órgãos do Executivo, especialmente os ministérios.

### Sistema de buscas

As buscas por informação podem ser separadas por esfera – federal, estadual e municipal – e por data, chegando até mesmo ao dia, mês e ano em que foi, por exemplo, publicado um acórdão sobre determinado tema.

O LexML oferece também uma cesta de itens, em que o cidadão pode selecionar documentos de seu interesse, para posterior envio por e-mail a qualquer pessoa.

Mesmo antes de ser lançado oficialmente, o portal recebeu o Prêmio Francisco Romeu Landi, do Instituto Conhecimento, Inovação e Práticas de TI na Gestão Pública (Conip), de Excelência em Inovação na Gestão Pública.

O LexML representará o Brasil em evento da categoria (Dexa 2009) que será realizado na Áustria, em agosto.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário tem sessão não deliberativa

A sessão às 9h é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores. Entre os inscritos, estão Marco Maciel (DEM-PE), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Paulo Paim (PT-RS).



Mesquita Júnior preside reunião em que foi aprovado convite ao ministro Amorim

## Audiência debaterá posição do Brasil sobre as eleições no Irã

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vai discutir, em audiência pública na próxima quinta-feira, a reação do governo brasileiro às manifestações políticas ocorridas no Irã após a divulgação dos resultados das eleições naquele país. O requerimento para o debate é do presidente da comissão, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Será convidado o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Mas, como adiantou o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), que presidiu a reunião de ontem da comissão, o ministério deverá enviar à audiência um representante de Amorim.

Logo após as eleições no Irã, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou que o presidente reeleito Mahmoud Ahmadinejad havia obtido mais de 60% dos votos. E disse não conhecer ninguém, a não ser da oposição iraniana, que questionasse os resultados, apesar das acusações de fraude. Reiterou ainda o convite para que Ahmadinejad visite o Brasil.

### Zâmbia

Na mesma reunião, a CRE aprovou parecer favorável ao

Projeto de Decreto Legislativo 320/09, que aprova acordo de cooperação técnica entre Zâmbia e Brasil. A relatora, senadora Marina Silva (PT-AC), apresentou voto favorável, lembrando que os dois países contam com uma grande biodiversidade e que existem grandes possibilidades de cooperação na área de saúde – no combate à Aids, por exemplo.

Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ainda relatório favorável ao Projeto de Lei do Senado 516/07, do senador Expedito Júnior (PR-RO), que obriga a União a trasladar de volta ao país corpo de brasileiro falecido no exterior e cuja família não tenha recursos para pagar a operação de transporte. O projeto, de caráter terminativo, não foi votado por falta de quórum.

Suplicy observou que, coincidentemente, havia recebido pouco antes da reunião a visita dos irmãos do brasileiro Edvaldo Divino dos Santos, falecido em maio na Irlanda, onde morava. O transporte do corpo para o Brasil, segundo relato dos familiares, só ocorreu por meio de ajuda de amigos que frequentavam a mesma paróquia, na Irlanda.

## Mozarildo diz haver ilegalidade em obra no Palácio do Planalto

“Os acionistas privados e correntistas do Banco do Brasil estão pagando pelo espaço que a Presidência da República está ocupando no Centro Cultural Banco do Brasil [CCBB], em Brasília, enquanto o Palácio do Planalto está sendo reformado”, afirmou Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). De acordo com o senador, o banco cedeu dependências que não pertencem ao governo federal sem cobrar qualquer valor.

Mozarildo disse que resolveu visitar e fotografar as obras de construção de uma garagem subterrânea e de reforma no Palácio do Planalto, em busca de informações, mas a única placa disponível era a da construtora Porto Belo.

O senador apresentou o manual de normas editado pelo governo federal que obriga a utilização de placas em obras, informando local de afixação, estado de conservação, valor total da obra, além do padrão geral de cores, tamanho de letras e *slogans* oficiais.

– Eu fiquei pensando: é uma obra secreta? Será que é um se-



Mozarildo afirma que ocupação do CCBB não é cobrada do governo

gredo de Estado? – indagou.

Mozarildo informou que, após pesquisa feita por assessores, tomou conhecimento de que a obra foi licitada pelo Ministério do Exército e tem o valor estimado de R\$ 78,8 milhões.

– Com esse dinheiro seria possível construir 1.300 casas populares do programa Minha Casa, Minha Vida. Eu fico me perguntando: onde fica a coerência entre o discurso do presidente Lula e a prática? É muito dinheiro para um tempo de crise e num momento em que ele quer construir casas populares – lamentou.

Senador atribui má conservação das rodovias federais, para as quais são destinados R\$ 5 bilhões anualmente, à gestão de Luiz Antonio Pagot à frente do departamento

# CPI vai revelar corrupção no Dnit, sustenta Mário Couto

MÁRIO COUTO (PSDB-PA) agradeceu ontem o apoio dos colegas à criação de comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar supostas irregularidades no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). O requerimento de criação da CPI foi protocolado pelo senador na quarta-feira e lido no mesmo dia em Plenário. O documento conta com a assinatura de 29 senadores, sendo necessárias 27 para a criação de CPIs, ou seja, um terço da composição da Casa.

– Hoje eu posso comemorar dizendo que as assinaturas dos meus pares, a quem agradeço neste momento, vão valer para que esta nação saiba o quanto existe de corrupção no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – disse.

De acordo com Mário Couto, o governo gasta R\$ 5 bilhões por ano, em média, para a manutenção das rodovias brasileiras. Porém, a maioria das estradas



Requerimento de autoria de Mário Couto recebeu 29 assinaturas

não está em boas condições. Ele anunciou que relatará ao Plenário todo ato de corrupção que for encontrado no Dnit durante a investigação da CPI.

– Será que este país não dá o direito àquele que paga seus impostos em dia de andar numa estrada boa? Por quê? Porque o senhor Pagot comete corrupção no Dnit – afirmou Mário Couto, referindo-se ao presidente do departamento, Luiz Antonio Pagot.

## Alvaro Dias pede pressa no início das investigações na Petrobras

Ao comentar matéria do jornal *Correio Braziliense* sobre o valor dos salários dos diretores-executivos da Petrobras, Alvaro Dias (PSDB-PR) cobrou a instalação da CPI sobre a estatal na próxima semana.

O senador criticou o presidente Lula e a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, por autorizarem reajustes de até 90%, entre 2003 e 2007, para a diretoria-executiva da Petrobras.

– É evidente que dirão que isso é legal. Deve ser legal; afinal os atos foram praticados em função de normas estabelecidas pela empresa, com o aval do Poder Executivo, já que quem preside

o Conselho da Petrobras é a ministra da Casa Civil. Nós não estamos discutindo a legalidade: nós estamos questionando a moralidade – afirmou.

A necessidade da CPI, segundo o senador, está mais do que justificada “pelas irregularidades reveladas pelas operações Águas Profundas, Royalties e Castelo de Areia”, da Polícia Federal. Ele disse, no entanto, que o fato de os governistas terem se colocado contra a instalação da CPI, retardando o início dos trabalhos, “ofereceu espaço para que novas denúncias surgissem”.

– São fatos relevantes que justificam investigação em pro-

### Aposentados

Mário Couto também manifestou otimismo quanto à derubada pelo Congresso, no próximo mês, do veto à proposta de Paulo Paim (PT-RS) que concede aos beneficiários da Previdência Social o mesmo reajuste dado ao salário mínimo em 2006.

O senador disse confiar que tanto os senadores quanto os deputados federais irão apoiar as melhorias propostas para os aposentados brasileiros.

– Este momento é de expectativa para uma classe que há muitos e muitos anos sofre neste país; uma classe abandonada, que lutou e trabalhou por este país, mas que está morrendo aos poucos, pois a cada mês seus contracheques diminuem – disse. Em apartes, Romeu Tuma (PTB-SP) e Alvaro Dias (PSDB-PR) declararam apoio à aprovação dos projetos que beneficiam os aposentados, em tramitação na Câmara, entre eles o que acaba com o fator previdenciário.



Alvaro critica reajustes de até 90% autorizados para diretoria da estatal

fundidade, para a necessária responsabilização civil e criminal, se os ilícitos forem confirmados – ressaltou ele, referindo-se a denúncias de superfaturamento e pagamentos indevidos nas obras da refinaria de Pernambuco e na construção de plataformas em alto mar.

## Mão Santa: estatal faz “pagamentos milionários”

A instalação da CPI da Petrobras também foi cobrada por Mão Santa (PMDB-PI). Na opinião do senador, “os desmandos na estatal e os gastos exagerados, como os pagamentos milionários aos executivos, estão entre as razões pelas quais os preços dos derivados de petróleo no Brasil são tão elevados”.

– Enquanto isso, na Venezuela, um tanque [de gasolina] de carro custa só R\$ 5. O prefeito da cidade venezuelana mais próxima a Roraima expediu um decreto: só pode comprar 30 litros, tal a fila de carros do Brasil que há. Ai, fazem o câmbio negro, comprando em garrafa lá e vendendo em Roraima – disse.

Mão Santa frisou que “a

CPI haverá de mostrar muito mais sujeira nessa Petrobras” e citou reportagem denunciando que os diretores da estatal ganham quase R\$ 80 mil por mês e os conselheiros, um décimo desse valor. O senador registrou que as reuniões do conselho ocorrem apenas a cada quatro meses.

Entre os conselheiros, estão os ministros da Casa Civil, Dilma Rousseff, e da Fazenda, Guido Mantega; o ex-ministro de Minas e Energia Silas Rondeau; o presidente da Petrobras, Sergio Gabrielli; e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho.

– Para dar algumas



Petrobras gasta quase R\$ 8 milhões por ano com diretores e conselheiros

opiniões, assinar uns papéis, bater um papo, tomar um cafezinho, eles ganham R\$ 32 mil por reunião do conselho – ressaltou.

Com pagamentos, segundo Mão Santa, a Petrobras gasta mais de R\$ 918 mil por mês e quase R\$ 8 milhões por ano.



Cristovam se diz encantado com instituição do Tocantins

## “É possível ter escolas públicas excelentes”

Cristovam Buarque (PDT-DF) relatou ontem em Plenário visita que havia feito pela manhã à Escola de Tempo Integral Padre Jósimo Moraes Tavares, em Palmas. O senador afirmou que é possível ter “escolas públicas excelentes em todo o país”.

Dizendo-se encantado com a qualidade do ensino ministrado às crianças da capital tocantinense, em sua maioria oriundas de famílias de baixa renda, Cristovam elogiou o prefeito da Palmas, Raul Filho, por ter conseguido construir, equipar e vir mantendo em funcionamento, apenas com recursos do município, a escola de tempo integral.

A instituição, inaugurada em 2007, possui cinco laboratórios (físico-químico, ciências, multíuso, informática e línguas), banheiros organizados, uma sala de descanso, um refeitório com cadeiras coloridas e quadros com motivos tocantinenses. O complexo esportivo conta com duas quadras cobertas, um campo de futebol, uma pista de atletismo, enfermaria, salas de dança, música e artes marciais, duas piscinas, sendo uma infantil e outra semiolímpica.

Cristovam informou que as crianças chegam cedo ao colégio, tomam café, almoçam e lancham. Os estudantes permanecem nove horas na instituição, podendo chegar a 11 horas quando são incluídas atividades como natação, dança, xadrez e inglês. A escola, frisou o senador, está localizada em um bairro pobre e é destinada a crianças também pobres. A excelência do colégio, disse Cristovam, faz com que os professores tenham dificuldade para mandar as crianças para casa porque elas se sentem bem no ambiente escolar.

Apontando a iniciativa exitosa de Palmas como exemplo a ser copiado pelo restante do país, Cristovam pediu o apoio do Senado para a aprovação do projeto de lei de sua autoria que determina a obrigatoriedade de políticos eleitos matricularem seus filhos em escolas públicas, como forma de comprometê-los com a melhoria da qualidade do ensino no país.

# Sarney: denúncias são fruto de uma campanha midiática

Segundo nota divulgada pelo presidente do Senado, explicações apresentadas por seu neto José Adriano Cordeiro Sarney já esclareceram denúncias sobre empréstimos consignados a servidores

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, divulgou nota afirmando que tem sofrido uma “campanha midiática” com o objetivo de atingir-lo, possivelmente motivada por seu apoio ao presidente Lula.

Sarney diz, na nota, considerar suficientes as explicações dadas à imprensa por seu neto José Adriano Cordeiro Sarney, que, segundo ma-

téria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, é um dos sócios de empresa que intermedeia empréstimos consignados entre instituições bancárias e funcionários do Senado.

De acordo com a matéria, assinada pelos jornalistas Rodrigo Ringel e Rosa Costa, a empresa Sarcris Consultoria, Serviços e Participações Ltda., da qual José Adriano é sócio,

faz intermediação entre bancos, a Secretaria de Recursos Humanos do Senado e funcionários da instituição. Ao jornal, José Adriano disse que a empresa não era fantasma e que ele não teve qualquer facilidade para obter os contratos.

Na íntegra, a nota assinada pelo presidente do Senado afirma: “Sobre a matéria divulgada hoje



Sarney considera que seu apoio ao presidente Lula pode ter motivado matérias na imprensa

pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, considero os esclarecimentos prestados pelo meu neto José Adriano Cordeiro Sarney – pessoa extremamente qualificada com mestrado na Sorbonne e pós-graduação em

Harvard – suficientes para mostrar a verdadeira face de uma campanha midiática para atingir-me, na qual não excluo a minha posição política, de apoio ao presidente Lula e ao seu governo”.

## Todos os contratos de empréstimo estão sob investigação, diz Tuma

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (PTB-SP), informou que todos os contratos de concessão de empréstimo consignado da Casa – incluindo os intermediados pela empresa Sarcris Consultoria, da qual é sócio José Adriano Cordeiro Sarney, neto do presidente do Senado, José Sarney, e filho do deputado federal Sarney Filho (PV-MA) – já estão sendo analisados pelo Banco Central, pela Polícia e pelo Ministério Público. A imprensa denunciou a existência de uma companhia para intermediar esses empréstimos.

Essa averiguação já estaria sendo realizada por causa de supostas irregularidades nas concessões feitas por meio da empresa que o ex-diretor de Recursos Humanos João Carlos Zoghbi teria aberto em nome de uma senhora de 80 anos. Por esse motivo, diz Tuma, a empresa de José Adriano também já está no escopo da investigação.

– Quem for da Polícia sabe que tem que pegar todos os envolvidos. Por que o delegado pediu cópia de todos os contratos que foram efetivados? Para jogar fora? Ele quer saber tudo que ocorreu. Por que pedimos membros do Banco Central para fazer cruzamentos? Porque tem que buscar todas as ocorrências com respeito aos empréstimos consignados, inclusive corretagem – afirmou.

Tuma ressaltou ainda que a Corregedoria está acompanhando as investigações, mas aguardará os resultados concretos para agir se houver comprovação de que algum parlamentar tenha faltado com a ética, já que a Corregedoria “tem limitações e só pode



Corregedor explica que averiguação já fora iniciada devido a outro caso apurar contra senador”.

– A Corregedoria só pode entrar se for confirmado que um senador cometeu um ato criminoso – lembrou.

### Prédios funcionais

Tuma disse ainda que conversará com o 3º secretário, Mão Santa (PMDB-PI), a respeito de outra denúncia publicada pela imprensa: a permissão para que uma funcionária comissionada contratada pelo senador Sarney – viúva de um ex-motorista do parlamentar, segundo a imprensa – ocupe a moradia destinada ao zelador em um dos prédios funcionais do Legislativo. Mão Santa é o responsável pela administração dos apartamentos funcionais e repassará “todas as informações a respeito do assunto”, segundo Tuma.

Anteriormente Mão Santa se manifestou sobre o caso em Plenário e disse que tomará “todos os procedimentos jurídicos” necessários e não adotará “dois pesos e duas medidas”, apesar de ressaltar a condição humilde da servidora. Ele também informou que três senadores já devolveram os apartamentos que ocupavam.

## Demostenes vê impedimento de Sarney em processos

Demostenes Torres (DEM-TO) reafirmou ontem, em Plenário, que o presidente José Sarney está impedido de julgar os dois procedimentos administrativos destinados a esclarecer irregularidades na concessão de crédito consignado a servidores do Senado.

Como um neto de Sarney, José Adriano Cordeiro Sarney, foi citado nas denúncias, o presidente da Casa não poderia, por lei, estar na posição de “julgar um parente”, disse o parlamentar, que é promotor público e presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Demostenes lembrou que há um processo administrativo disciplinar contra João Carlos Zoghbi, ex-diretor de Recursos Humanos da Casa, e será



Demostenes diz que posição é do seu partido

aberto outro contra Agaciél Maia, ex-diretor-geral. “Isso acontecerá na segunda, me garantiu o advogado-geral do Senado”, informou.

Para o senador, “a situação do presidente do Senado migrou, do ponto de vista jurídico, de suspeito para

impedido” e, por isso, a seu ver, os procedimentos devem ser assumidos pelo vice-presidente, Marconi Perillo (PSDB-GO).

– Apareceu uma pessoa que é diretamente ligada ao presidente da Casa. Nós não podemos desconhecer esse fato – insistiu o parlamentar, que já tinha, conforme recordou, apelado a Sarney para se afastar dos processos contra Agaciél e Zoghbi.

Dizendo falar pelo DEM, com a autorização do seu líder no Senado, José Agripino (RN), e do presidente do seu partido, deputado federal Rodrigo Maia (RJ), Demostenes explicou que na próxima terça-feira o DEM poderá tomar outras deliberações com relação “ao futuro de Sarney”.

## Agaciél Maia solicita afastamento de 90 dias

O ex-diretor-geral do Senado Agaciél da Silva Maia apresentou ao 1º secretário da Casa, Heráclito Fortes (DEM-PI), um pedido de afastamento por 90 dias. Ele argumentou a necessidade de preparar sua defesa diante da série de acusações que têm surgido contra decisões adotadas no período que exerceu o cargo de diretor-geral. No documento, afirma nunca ter constrangido, chantageado ou prejudicado qualquer senador ou servidor do Senado, nem cometido nenhuma ilegalidade.

Agaciél diz que está sendo vítima de uma “avalancha de acusações absurdas e descabidas, com ilações mal-dosas em atividades de rotina”. Ele ressalta que os acusadores não arcam com o ônus da prova nem lhe garantem “o direito básico e elementar de defesa”. Segundo diz, tem tomado conhecimento pelos meios de comunicação das “acusações injustas”, sem que lhe seja dado espaço midiático para o contraditório.

Quando às acusações de chantagem, Agaciél da Silva Maia utilizou em sua defesa os pronunciamentos feitos, no Plenário, pelos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Eduardo Suplicy (PT-SP). Em discursos nos dias 23 e 24 deste mês, eles negaram o recebimento de qualquer ameaça da parte de Agaciél.

## Zambiasi explica que atos foram publicados

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) disse ter obtido informações do Senado que garantem que ele não foi beneficiado com a existência de atos secretos, ao contrário do que foi publicado pela imprensa.

O parlamentar explicou que o Boletim Administrativo de Pessoal relativo à nomeação e exoneração de servidores de seu gabinete, no início da legislatura, embora tenha sido identificado como não publicado, sempre existiu e gerou efeitos legais aos servidores nomeados por ele.

O senador lembrou ter integrado a Mesa nos anos de 2003 a 2004. Nesse período, segundo ele, muitos atos foram elaborados e consta que quatro não foram publicados, alguns sem praticamente nenhum efeito, por exemplo, o que designa Pedro Simon para a comissão que organizou as comemorações dos 180 anos do Senado.



Zambiasi diz que publicações geraram efeitos legais

## João Tenório nega qualquer benefício

Em nota à imprensa, o senador João Tenório (PSDB-AL) negou que os atos de exoneração de dois servidores de seu gabinete que integram a lista dos chamados “atos secretos” lhe tenham trazido algum benefício, como apontou a imprensa ao denunciar o caso. Ele negou ter pedido ou autorizado a edição de qualquer documento sigiloso.

“Não há qualquer explicação para o envolvimento de meu nome nessas denúncias; se a publicação da exoneração foi feita por ato secreto, essa é uma responsabilidade absoluta da administração da Casa”, afirma João Tenório na nota.

O senador apontou o risco da generalização nas denúncias contra a Casa e a exposição injusta de parlamentares. Ele endossou o documento entregue por um grupo de parlamentares a José Sarney pedindo uma reforma profunda na Casa.



João Tenório aponta o risco de exposição injusta de parlamentar

# Simon: Sarney deveria se afastar da Presidência

O SENADOR PEDRO Simon (PMDB-RS) sugeriu ontem, em pronunciamento no Plenário, que o presidente do Senado, José Sarney, se afaste do cargo até que se completem as investigações sobre denúncias feitas pela imprensa envolvendo a Casa. Na avaliação de Simon, seria melhor Sarney deixar a Presidência “antes que a sua situação fique insustentável e seja obrigado a sair”. Ele afirmou que a saída de Sarney não significaria admissão de culpa, mas “representaria um ato de grandeza de quem fez muitas coisas boas”.

– Digo aqui com profundo sentimento de mágoa, e não gostaria de dizer o que vou dizer: o presidente Sarney tem que se afastar da Presidência para o bem dele, da família dele, da sua história e deste Senado. Se for possível, hoje – frisou o parlamentar.

Simon assinalou que Sarney não deve ser responsável pela investigação de denúncias relativas ao próprio neto, ao motorista ou “mordomo” da filha e ao ex-diretor-geral Agaciél Maia, que ele mesmo indicou para o cargo, há 14 anos.

O senador lembrou medidas



Simon afirma que população vê de maneira muito dura a classe política

já adotadas, como a exoneração de diretores e a designação de comissões especiais de sindicância, observando que “até agora parece que nada valeu”. Salientou que a população nutre um sentimento de ressentimento pelo Senado e está vendo de maneira muito dura a classe política.

– Não há lugar mais triste para estarmos do que o Senado. Ninguém confia em nós. Ninguém acredita que esta Casa vai fazer alguma coisa – lamentou. Simon afirmou ainda que não pode culpar a imprensa por divulgar erros e irregularidades ocorridos no Senado.

# Paulo Duque: presidente sofre “coação política”

Paulo Duque (PMDB-RJ) sustentou em discurso que não há motivo para que o senador José Sarney se afaste da Presidência do Senado enquanto são investigadas denúncias de irregularidades que teriam sido cometidas por ex-diretores da Casa. Paulo Duque discordou da tese defendida pouco antes pelo senador Pedro Simon, a favor do afastamento de Sarney, e opinou que se trata de uma “coação política”.

Paulo Duque ponderou que o Senado tem um Regimento Interno, o qual prevê o funcionamento da Casa em todas as situações, inclusive nas crises. Para ele, na verdade, as crises fazem parte do “jogo político” e basta olhar para qualquer câmara legislativa do país para se perceber “que é assim que funciona”.

– Por isso, também não vejo motivo para que se mude o Regimento Interno neste momento a fim de que o Plenário fique encarregado de eleger o diretor-geral do Senado. Isso tem de ser definido pela Mesa, que é eleita para isso – afirmou.

O senador leu nota do



Paulo Duque discorda de Simon sobre afastamento de Sarney

presidente José Sarney a respeito de notícia do jornal *O Estado de S. Paulo* segundo a qual seu neto José Adriano Cordeiro Sarney é sócio de empresa que faz intermediação de empréstimos bancários consignados a funcionários do Senado (*leia na página ao lado*). Paulo Duque também leu nota que José Adriano enviou ao jornal, na qual afirma que foi gerente do departamento responsável por créditos no banco HSBC e diz que nunca teve “qualquer favorecimento” e que tomará “medidas judiciais” contra o jornal.

## Sugestão de Simon divide opiniões de senadores

Em aparte ao discurso de Pedro Simon, o 1º secretário, Heráclito Fortes, disse que, “embora não tenha contribuído com um milímetro” para a crise, Simon também é responsável por ela. Ele lembrou o episódio em que um grupo de senadores convidou o parlamentar pelo Rio Grande do Sul para ser candidato suprapartidário à Presidência do Senado, mas Simon recusou.

– Se, naquele momento, tivesse pensado um pouco mais no Senado e no Brasil, talvez estivéssemos vivendo em outras águas aqui – assinalou Heráclito.

Simon explicou que não acei-

tou o convite porque, ao colocar a proposta em discussão na bancada, seu partido o deixou “falando sozinho”, recusando apoio a uma candidatura suprapartidária.

– Lamento, mas não aceitei e acho que não fiz mal – disse. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) discordou da recomendação feita por Simon para que Sarney se afaste da Presidência e disse que a renúncia ou mesmo o pedido de licença são atos voluntários. Para Mesquita Júnior, aqueles que cobram o afastamento de Sarney deveriam cobrar o mesmo de todos os membros da Mesa.

– Se nada acontecer dentro

de algum tempo, aí talvez seja o caso de tomarmos uma decisão. Mal ou bem, os fatos estão sob investigação – assinalou.

Simon respondeu que uma eventual renúncia seria diferente de outros episódios na Casa. Ele recordou que os ex-presidentes Jader Barbalho (PMDB-PA), Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA) e Renan Calheiros (PMDB-AL) renunciaram para não perderem os mandatos. No caso de Sarney, explicou, o bem estaria sendo feito para ele próprio e para o Senado.

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que, se estivesse no lugar do presidente, tendo netos citados nas denúncias, seguiria a

recomendação de Simon e se afastaria do cargo até que tudo fosse investigado.

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que a proposta de Simon está dentro de um espírito de respeito e que o erro do Senado foi eleger uma pessoa cuja biografia é maior que o cargo. Segundo Cristovam, o povo não confia em nenhum dos parlamentares e quer a dissolução do Congresso.

Wellington Salgado (PMDB-MG) disse que o que está faltando no Senado é educação e respeito. Ele observou que Sarney “está conduzindo o processo da maneira como deve: com transparência”.

## Nery defende comissão de inquérito e acionamento do Conselho de Ética

José Nery (PSOL-PA) requereu ontem à Mesa do Senado que informe a recomposição do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, inativo desde março, quando terminaram os mandatos de 15 dos seus 16 membros. Ele disse acreditar que o conselho terá de ser acionado para investigar, e eventualmente julgar, condutas de senadores em desacordo com a ética relacionadas à crise administrativa na Casa.

A necessidade de reativação

do conselho foi mencionada durante discurso em que o senador voltou a defender a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as denúncias de corrupção, gastos irregulares e concessão de privilégios pela alta administração do Senado. – Provavelmente teremos de aplicar punições a senadores, não só por participação nesses atos como por omissão.

José Nery afirmou ter notícia de que alguns partidos já

fizeram suas indicações para o Conselho de Ética, que atualmente conta apenas com seu membro nato, o corregedor-geral do Senado, Romeu Tuma. Segundo informou a Secretaria de Conselhos, as indicações já feitas pelos líderes dos partidos foram encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa.

Nery assinalou que “a mais ampla e profunda investigação” é uma demanda da sociedade e da imprensa. Ele disse ter recebido centenas de men-



Para José Nery, sociedade exige “ampla e profunda investigação”

sagens pelo correio eletrônico cobrando uma postura firme da Casa quanto à apuração das denúncias.

Audiência na Comissão de Constituição e Justiça debate projeto de José Sarney que cria reserva de pelo menos 3% dos cargos e empregos públicos

# Educação para incluir pessoas com deficiência

O acesso à educação foi apontado ontem, em debate no Senado, como essencial para a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Representantes de vários segmentos organizados participaram de audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre projeto do senador José Sarney (PMDB-AP) que visa assegurar cota mínima de 3% dos cargos e empregos públicos para pessoas com deficiência.

O projeto (PLS 112/06), que altera a Lei 7.853/89, a qual dispõe sobre os direitos da pessoa com deficiência, está sendo relatado pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que defendeu o aprofundamento do debate sobre a proposta.

A representante da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência (Corde), Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior, afirmou aos senadores que qualquer norma brasileira a respeito de deficiência precisa estar adequada à Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil no ano passado, após ser aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional.

Izabel Maria lembrou que o projeto de Sarney foi apresentado em 2006, antes, portanto, da ratificação da convenção pelo Brasil. Ela disse, entretanto, que há vários ajustes a serem feitos na proposta, que trata, por exemplo, da questão da reserva de mercado como uma atitude assistencialista.

– O empresário, hoje, considera que a capacitação dessas pessoas é fundamental – frisou Izabel Maria.

Para a representante da As-

sociação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência (Ampid), Maria Aparecida Gugel, o projeto deve ser mais bem discutido com a sociedade brasileira. Ressaltou ainda que a pessoa com deficiência precisa ter oportunidades de educação e de preparação para o mercado de trabalho.

## Qualificação

O acesso à educação também foi apontado pela representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Loni Elisete Manica, como fundamental para a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. Para ela, a inclusão no mercado de trabalho só se dará pela qualificação profissional, pois as empresas não querem contratar deficientes somente para cumprir uma cota exigida pela lei.

– O emprego ocorre com a inclusão no sistema escolar. A pessoa só vai ter dignidade na empresa se tiver escolaridade.

A mesma opinião tem a portadora de deficiência e representante do Centro de Vida Independente (CVI), Flávia Maria de Paiva Vital, para quem os deficientes estão cansados de serem tratados como “coitadinhos”.

– Precisamos é de ensino de qualidade para todos. Já se foi o tempo em que pedíamos permissão para entrar. Já entramos. Hoje, lutamos para estarmos contemplados no plano de cargos e salários – salientou Flávia Maria, que defendeu uma discussão ampla dos projetos bem como de outros tantos sobre o assunto em tramitação nas duas Casas do Congresso.

O coordenador da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São



Foto: José Cruz

Izabel Maria, Loni Elisete, Demostenes Torres e Marco Antônio Pellegrini na audiência promovida pela CCJ

Paulo, Marco Antônio Pellegrini, defendeu o sistema de cotas para os deficientes no mercado de trabalho.

– O grande motor da inclusão é essa pressão que a lei de cotas tem colocado – garantiu Marco Antônio.

A conselheira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Laís Figueiredo Lopes afirmou que não é mais possível, na sociedade moderna e principalmente após a ratificação da convenção da ONU, não reconhecer a plenitude da capacidade das pessoas com deficiência.

– A grande conquista da convenção é justamente esse olhar diferente sobre os deficientes. Hoje trabalhamos com a perspectiva de que eles não precisam mais de um apoio especial, pois já são direitos conquistados.

## Medidas de inclusão

Projeto estabelece medidas para tornar mais efetivos os direitos das pessoas com deficiência

<b>Trabalho</b>	Pelo menos 3% do total de cargos e empregos públicos do país e das vagas de empresas com mais de cem funcionários serão reservados às pessoas com deficiência.
<b>Previdência</b>	Acesso ao benefício da prestação continuada, equivalente a um salário mínimo, quando não tiver condições de garantir sua manutenção.
<b>Saúde</b>	Obrigação do Sistema Único de Saúde (SUS) de fornecer assistência médica e prover apoio especial às pessoas com deficiência, incluindo o fornecimento de próteses, órteses, equipamentos especiais e medicamentos.
<b>Educação</b>	Cota mínima de 5% das vagas em todo o ensino público e pelo menos uma vaga por curso, classe ou qualquer tipo de seleção.
<b>Acessibilidade</b>	Só poderão ser produzidos para uso no Brasil (o que permite a eventual fabricação para exportação) e licenciados veículos de transporte coletivo que sejam adaptados às pessoas com deficiência.
<b>Moradia</b>	Alteração do Código Civil estendendo direito de habitação – no caso de falecimento de um dos cônjuges – aos filhos deficientes incapazes de garantir sua sobrevivência.
<b>Oficinas</b>	A participação de pessoas com deficiência nas chamadas oficinas protegidas de produção será formalizada por meio de contratos de trabalho.



Lúcia Vânia defende a realização de novas audiências sobre projeto

## CCJ vai aprofundar debate sobre fixação de cota em cargo público

Relatora da proposta que fixa cota mínima de 3% dos cargos e empregos públicos para pessoas com deficiência, Lúcia Vânia pediu o aprofundamento da discussão sobre a matéria, com a realização de novas audiências públicas. Ao participar de debate realizado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a senadora se disse em dúvida sobre os aspectos do projeto (PLS 112/06).

O presidente da CCJ, senador Demostenes Torres (DEM-GO), concordou com a necessidade de novos debates e anunciou a apresentação de requerimentos para realização de audiências públicas em conjunto com as comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Para ajudar no trabalho da relatora, Demostenes determinou que a secretaria da Co-

missão de Justiça realize um levantamento sobre todos os projetos referentes a direitos das pessoas com deficiência em tramitação no Senado (cerca de cem proposições), que poderão tramitar em conjunto com o PLS 112/06, de autoria do senador José Sarney.

De acordo com o projeto, os órgãos públicos deverão fazer programação para que a cota mínima de 3% seja alcançada

no prazo de dez anos, a partir da edição da lei. Atualmente, estima-se em 10% da população o contingente de brasileiros com deficiência física.

Lúcia Vânia reconheceu que a matéria é complexa e disse que irá trabalhar “com muito carinho” para encontrar uma fórmula que a viabilize. Eduardo Suplicy (SP) e Augusto Botelho (RR), ambos do PT, enaltecem a qualidade dos debates.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mão Santa • Mozarildo Cavalcanti

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lucia Romero Novelli  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira  
Edição: Valter Gonçalves Júnior e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria  
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino  
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

## Aprovado projeto que permite criar CPIs por iniciativa popular

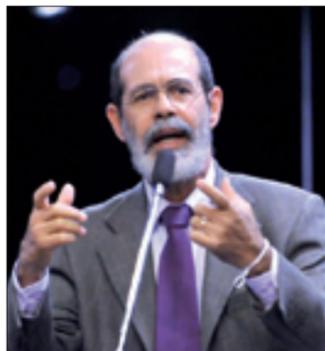
Comissões parlamentares de inquérito (CPIs) poderão ser criadas a pedido da população. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem texto alternativo de Jayme Campos (DEM-MT) a proposta de emenda à Constituição (PEC) de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) que abre essa possibilidade.

O requerimento para criação de CPI por iniciativa popular, pela PEC 1/08, precisará estar assinado por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional – o que equivale a 1,3 milhão –, distribuído por pelo menos cinco estados e com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um deles.

Em seu voto favorável à aprovação da proposta, o relator afirma que ela “não só estimula e provoca a efetiva participação do eleitorado brasileiro nas ações de investigação do Congresso Nacional, como também permite ao Legislativo federal ser reconhecido como interlocutor capaz para dar curso e efetividade à irrisignação popular relativamente ao mau funcionamento do aparelho estatal da União”.

### Obras de arte

Outro projeto aprovado pela CCJ (PLC 48/06) trata da exposição de obras de arte de autoria de artistas brasileiros, natos



Mesquita Júnior: exigência de assinaturas de 1% do eleitorado

ou naturalizados, em prédios públicos da União e de suas autarquias e fundações. A matéria também recebeu substitutivo do relator, Gim Argello (PTB-DF), que transformou o projeto em autorizativo, e não impositivo. As regras alcançam os órgãos públicos que funcionem em imóveis com mais de mil metros quadrados de área construída.

As obras deverão ser originais e adquiridas mediante concurso. Permite-se a exposição de peças que já integrem o acervo patrimonial da União ou de suas entidades, exigindo-se que sejam expostas em área de destaque, em adequadas condições de visibilidade, segurança e preservação, e que sejam identificadas por placa no local.

A matéria será votada ainda pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) antes de ir a Plenário.

CCJ aprova proposta que estende o alcance de possíveis processos de cassação a atos praticados antes da diplomação como deputado, senador ou suplente de senador

## Mais rigor com a conduta de parlamentar antes do mandato

PROPOSTA APROVADA ONTEM pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) prevê a perda de mandato de senador e deputado federal por procedimento declarado incompatível com decoro parlamentar mesmo que a conduta tenha sido anterior à diplomação e aplica as normas disciplinares relativas à ética e ao decoro também aos suplentes de senador.

A proposta (PEC 37/08) é de Arthur Virgílio (PSDB-AM). Ele argumenta que enquadrar o desvio de conduta praticado antes da diplomação está de acordo com o princípio constitucional da moralidade pública. Conforme o senador, a medida deverá contribuir para preservar a credibilidade do Legislativo, que se situa – como disse – entre as mais nobres instituições da República.

Com relação aos suplentes, o autor afirma que, em julgamento de mandado de segurança, o Supremo Tribunal Federal (STF) havia estabelecido o entendimento de que as restrições constitucionais inerentes ao exercício do mandato parlamentar não se estendem aos suplentes.



Segundo Arthur Virgílio, medida preserva imagem do Congresso

Com a proposta, observou, esse juízo poderá ser superado.

Para Arthur Virgílio, submeter os suplentes às regras referentes à ética e ao decoro parlamentar da Casa servirá para impedir que assumam o mandato, em substituição ou como sucessor do titular, senadores “sem condições morais para se tornar membro dessa respeitável instituição”.

No seu entendimento, o detentor do mandato deve ter o “compromisso de não desapontar a sociedade em razão de comportamento que possa repercutir sobre a imagem dos integrantes da Casa e da própria instituição”.

O relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), endossou o entendimento de Arthur Virgílio:

– A vontade popular precisa ser homenageada com cidadãos respeitáveis na composição do Senado, sejam membros titulares ou substitutos. Isso só será possível se as mesmas exigências forem impostas para uns e para outros.

A proposta vai agora a exame final em Plenário. Se aprovada, seguirá para a Câmara dos Deputados.

### Ortotanásia

A CCJ também aprovou requerimento para a realização de audiência pública sobre projeto (PLS 116/00) do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que legaliza a ortotanásia. O termo significa “morte correta”. Nessa condição, o doente já está em processo natural de morte e recebe ajuda do médico para que esse siga seu curso normal, sem prolongamento artificial da vida da pessoa, mas com medidas para aliviar o sofrimento. A ortotanásia é diferente, portanto, da eutanásia, em que há ação para antecipar a morte.

**LEI MARIA DA PENHA**

“Fui vítima de violência doméstica por dez anos. Ele dizia: como é bom te bater, eu não vou ser preso. Ter uma lei específica para defender as mulheres foi uma conquista tremenda. Sinto que a Justiça está com as mãos desamarradas e abertas para me acolher. Eu sou uma cidadã e tenho meus direitos”

Vera Lúcia Torres da Silva, 42 anos  
artesã

Em 2006, o Congresso Nacional aprovou a Lei Maria da Penha, que pune com rigor as agressões contra a mulher, quando ocorridas em ambiente doméstico ou familiar.

Mudou para você, mudou para o Brasil. O Congresso faz parte da sua história.



J. Freitas

Senador ressalta que, em um ano de vigência da lei que agravou as penas para quem dirigir alcoolizado, caiu o número de acidentes de trânsito, sobretudo dos que resultaram em mortes

## Augusto: Lei Seca já salvou a vida de 796 brasileiros

AUGUSTO BOTELHO (PT-RR), que é médico, comemorou um ano da implantação da chamada Lei Seca (Lei 11.705, sancionada em 19 de junho de 2008) – que tornou ilegal dirigir com concentração a partir de dois decigramas de álcool por litro de sangue – e citou estatísticas positivas da Polícia Rodoviária Federal e dos governos estaduais.

O balanço, ressaltou, mostra que “a Lei Seca salvou a vida de 796 pessoas desde que começou a ser aplicada”.

– Antes, o número de mortes por acidentes de trânsito nunca caía de um ano para o outro. Pois desde a Lei Seca isso está acontecendo. Foram registrados 75.175 acidentes, com uma queda de 17.566, comparando-se com o ano anterior – informou.

O senador disse que, em Roraima, 16 vidas foram poupadas com a redução do número de acidentes de trânsito. Augusto opinou ainda que os brasileiros vêm se conscientizando de que não devem beber quando vão dirigir. Prova disso, segundo Augusto, são dados divulgados pela Polícia Rodoviária



Fonte: Discurso do senador Augusto Botelho

Federal, os quais registram que hoje, de cada 40 testes de bafômetro com motoristas, só um dá positivo. Antes, de cada seis testes um apresentava teor alcoólico acima do permitido pela lei. Só no estado de São Paulo, acrescentou, a redução do número de acidentes trouxe uma economia de R\$ 17 milhões nos gastos hospitalares com vítimas de trânsito.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), também médico, afirmou que as frases de advertência colocadas obrigatoriamente na peça publicitária não levam os jovens a evitar as bebidas. Para Mozarildo, a sociedade deve encontrar uma forma “bem mais forte” de alertar para os riscos da bebida, como ocorre com as fotografias estampadas nos maços de cigarro.

Indicação de Sales para a Defensoria Pública da União segue para o Plenário

## CCJ aprova nome de Plácido Sales para defensor-geral

A indicação do nome de José Rômulo Plácido Sales ao cargo de defensor público-geral da União deve ser votada pelo Plenário na próxima semana, contando com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Em sabatina na CCJ, quarta-feira, Plácido Sales defendeu a ampliação do número de defensores públicos, responsáveis pela assistência jurídica gratuita a pessoas carentes. Segundo ele, essa expansão é necessária para permitir que a Defensoria Pública da União possa acompanhar a interiorização da Justiça, em decorrência da abertura de órgãos dos tribunais em diversos municípios.

Como argumentou Plácido Sales, de nada valerá a expansão das varas da Justiça Federal e da Justiça do Trabalho se não for “robustecido” o acesso de cidadãos “menos afortunados” ao Poder Judiciário também nessas áreas, “porque são os pobres deste país aqueles que mais precisam de justiça”, disse.

### Confiança

A relatora da indicação na CCJ, Lúcia Vânia (PSDB-GO), se disse “entusiasmada” com o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Defensoria, que atendeu no ano passado quase 520 mil pessoas, saindo de aproximadamente 164 mil em 2004 e com previsão de chegar a 700 mil ao fim deste ano, conforme informação de Plácido Sales. Uma das linhas de trabalho envolve a assistência a pessoas que cumprem pena em penitenciárias federais, assim como a suas famílias, que têm direito a benefício previdenciário para se manterem.

O piauiense Plácido Sales ingressou na Defensoria Pública da União na primeira turma de concursados. No cargo, ele já desempenhou funções de assessor e chefe de gabinete. Ele já havia participado por três vezes da lista tríplice da Associação Nacional dos Defensores da União para a escolha do defensor público-geral. O indicado formou-se em Direito pela Universidade Federal do Piauí.

A prestação de assistência jurídica para quem comprovar insuficiência de recursos é prevista na Constituição, devendo a Defensoria prestar orientação jurídica e defesa aos necessitados em todos os graus da Justiça. Os estados também devem manter defensorias públicas.

## Marisa defende restrição a publicidade de mau alimento

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) defendeu o projeto de sua autoria que regulamenta a propaganda de alimentos, restringindo a publicidade dos que forem considerados não saudáveis, principalmente os destinados a crianças. A proposta (PLS 150/09) tramita na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e depois seguirá para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde será examinada em decisão terminativa.

– Uma em cada dez crianças está obesa. E se há obesidade quando a criança é pequena, pelo menos 30% de possibilidade ela tem de ser um adolescente obeso. E se ela entra na adolescência obesa, ela tem 50% de possibilidade de ser obesa na idade adulta – afirmou a senadora.

Em aparte, Augusto Botelho (PT-RR) elogiou o teor do projeto e disse que a proposta poderá ajudar a evitar problemas como o crescimento da obesidade mórbida no país. Cristovam Buarque (PDT-DF) elogiou a proposta e

destacou a importância da alimentação saudável.

Marisa Serrano também apoiou a sugestão de alguns senadores para que o presidente do Senado, José Sarney, peça licença do cargo em virtude da atual crise pela qual passa a Casa.

### PSDB

Os 21 anos de fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) foram comemorados por Marisa Serrano.

– São 21 anos que dão orgulho a todos aqueles que militam no partido – afirmou a parlamentar.

A senadora ressaltou o fato de o PSDB, nesse período, ter construído uma história relevante, deixando como legado a todos os brasileiros a sua participação na consolidação da democracia no país e a transformação da visão de governo que até então se tinha no Brasil.

Marisa Serrano enumerou ainda, entre as contribuições do Partido da Social Democracia Brasileira para o avanço da sociedade nacional, a estabilidade monetária,



Jonas Pereira

Marisa Serrano comemora os 21 anos de fundação do PSDB

ria, iniciada com a implantação do Plano Real no início dos anos 90. Ela citou também a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a criação do setor de medicamentos genéricos no Brasil, a política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e a instituição do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).

– O PSDB é responsável por termos uma política econômica que nos dá condições hoje de atravessar uma crise mundial sem grandes tropeços – ressaltou a representante de Mato Grosso do Sul.

## Jayme Campos pede combate perene à dengue

Ao lamentar o aumento do número de casos de dengue em Mato Grosso, onde 29.977 pessoas foram afetadas este ano, o senador Jayme Campos (DEM-MT) cobrou do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, a implementação de uma política permanente de combate à doença.

Jayme Campos propôs a transformação do Plano Nacional de Contingência da Dengue em uma Secretaria Nacional de Combate à Dengue, habilitada a desenvolver ações preventivas de caráter educativo durante o ano inteiro, e não apenas a agir nos períodos de surtos.

O senador considerou inadmissível a proliferação da doença, cujo combate é feito com medidas simples, como a limpeza de quintais e terrenos, a higienização de canteiros e vasos domésticos e a conservação de caixas d’água e cisternas.

– Campanhas publicitárias devem ser divulgadas ao longo do ano, informando e esclarecendo a população dos riscos de doenças como a dengue. Nesse aspecto, a informação é o grande remédio contra a epidemia. Antes de combater a enfermidade, devemos agir contra a ignorância – disse.

O senador explicou que os municípios de Cuiabá e Várzea Grande concentram o maior número de registros de mortes causadas pela dengue no estado, 13 e sete, respectivamente, mas a doença se alastrou por 102 cidades. No ano passado, houve 11.632 casos da doença em Mato Grosso, com três mortes.



Jonas Pereira

Senador alerta para aumento de casos da doença em MT

## Marina quer subcomissão para acompanhar regularização fundiária



Leopoldo Silva

Marina sugere visita de senadores a áreas mais tensas da Amazônia

A senadora Marina Silva (PT-AC) informou ontem que vai propor a criação de uma subcomissão, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para que um grupo de senadores acompanhe a regularização fundiária da Amazônia, inclusive com visitas “às áreas mais tensas”.

Marina disse que o principal

problema da chamada MP da Amazônia é a abertura de brechas para que aqueles que cometeram o crime de apropriação de terras públicas sejam anistiados e confundidos com os posseiros honestos.

Logo após a aprovação do projeto no Senado Federal, no início do mês, a senadora enviou carta aberta ao presidente da República defendendo o veto

de alguns pontos específicos da proposta. Um dos vetos sugeridos pela parlamentar é ao artigo 7, para impedir a ampliação das possibilidades de legalização de terras griladas.

Ontem, o presidente Lula vetou exatamente o artigo 7, que permitia a transferência de terras da União para empresas e pessoas que têm imóvel rural em outra região do país.